

## Stédile fala ao TRAVESSIA

Foto Daniel Goulart

João Pedro Stédile, Coordenador do Movimento Sem Terra, esteve na Faculdade de Serviço Social da UFJF, em 08/02, onde traçou uma análise de conjuntura sobre a América Latina e

falou, com exclusividade, ao TRAVESSIA.

Na entrevista, ele critica a postura das Universidades em relação aos movimentos sociais.

Págs 4 e 5



João Pedro Stédile, coordenador do MST, fala ao TRAVESSIA

### Não deu na imprensa...

**Moradores da Cidade Alta fundam AMIC-BR 440 (Associação dos Moradores Impactados pela Construção da BR 440)**

**Sinpro luta para manter direitos dos Docentes da rede particular de ensino**

**Comitê Central Popular luta por preço justo na passagem de ônibus**

**Pág. 3**

## Confira o especial Assessoria Jurídica

Quatro novas ações estão sendo propostas pela Assessoria Jurídica da APESJF

Análise da atuação da Assessoria revela opção não assistencialista do sindicato

Confira um resumo das ações em defesa dos docentes em curso no sindicato

**Págs 3, 4 e 5**

## Editorial

O primeiro trimestre de 2011 se anuncia marcado por tragédias naturais, que revelam, também, o lado trágico das orientações políticas e econômicas que nosso planeta vivencia em função das opções que atendem aos grupos dominantes da população. As manifestações que ocorrem em países como Egito, Líbano e, mais recentemente, na Líbia demonstram que a indignação e a organização popular tornaram-se uma necessidade frente a décadas de governos autoritários, que se mantêm à custa da força repressiva do aparelho estatal. Infelizmente, a intervenção internacional, também com a utilização da força militar inglesa, francesa e estadunidense, acirra o confronto bélico em torno de interesses econômicos na região, mas não garante as aspirações de transformação social presente entre os milhares de manifestantes.

Ao mesmo tempo, a catástrofe natural que se abateu sobre o Japão coloca em debate questões muito sensíveis acerca da utilização da energia nuclear. Mas, não é possível ter a convicção de que as preocupações a esse respeito terão ressonância na pauta dos governantes, que precisam preservar os interesses econômicos daqueles que ganham com a proliferação das usinas de energia nuclear.

Enquanto isso, os governantes brasileiros insistem em passar uma imagem de país democrata, pujante em seu crescimento econômico e pacifista em suas relações internas e externas, tudo em troca de um assento no Conselho de Segurança da ONU. Joga para debaixo do tapete as contradições de um crescimento econômico que continua a deprimir as condições de vida da maioria dos brasileiros e se utiliza da força para calar um grupo de estudantes, professores e trabalhadores que protestavam em relação a visita do presidente dos EUA no Rio.

Nesse sentido, ficam as perguntas: como justificar um crescimento econômico em que os poderes executivo e legislativo desse país aprovam um pífio salário mínimo e beneficiam a si próprios com aumentos espetaculares em seus proventos, passando por deputados, senadores e chegando à presidenta da República? Por que aplaudir a diplomacia brasileira se a conduta de nossos governantes revela toda a truculência da classe dominante em lidar com a indignação popular?

Precisamos tirar a poeira que permanece debaixo do tapete. Significa dizer que é preciso mobilizarmos-nos em torno de questões de fundo que possam nos conduzir na direção dos interesses da maioria da população brasileira.

No que se refere à contribuição dos docentes, é preciso estar atento a todas as medidas que ferem o caráter público da Universidade, como é o caso da MP 520, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A.

Além disso, diante do crescimento econômico, não podemos aceitar, ordeiramente, que os cortes de orçamento sirvam como argumento para o governo preservar sua postura arrogante e negligenciar a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais. São questões que estão na ordem do dia. A truculência governamental só pode ser respondida com organização de base.

A Diretoria

## Política radioativa

A catástrofe que ora se abate sobre o Japão faz o mundo olhar para a questão da produção de energia nuclear com uma desconfiança renovada e ainda mais forte, como nenhum discurso ecológico jamais conseguiu levantar.

Desde que as usinas nucleares passaram a gerar eletricidade no mundo, por volta do final da década de 50, mais de 20 incidentes graves e perigosos foram registrados, entre eles, o maior em Chernobyl na antiga união soviética, que até hoje mata e faz pessoas adoecerem em toda aquela região da Europa. No Brasil, temos o exemplo do vazamento do Césio 137 em Goiânia, com grande registro de mortes.

Dos dez principais acidentes, cinco foram no Japão. Mas o que temos aqui são os registros oficiais, a comunidade internacional desconfia da transparência das autoridades do país e, dos vazamentos que mais preocupam o capitalismo atual, o mais aterrorizante não é o da radioatividade, mas o da Wikileaks, site que tem revelado documentos comprometedores de vários governos e que divulgou relato americano mostrando a preocupação de uma autoridade japonesa com a questão do predomínio de usinas nucleares em seu país. Segundo matéria do jornal britânico The Guardian, utilizando material vazado pelo site, um relatório da embaixada americana evidencia as preocupações do deputado japonês Taro Kono sobre a insegurança atômica naquele país e sobre a enorme influência política das empresas energéticas japonesas.

Um olhar sobre o acidente atual mostra claramente a discrepância entre as declarações do governo japonês, que insistiu durante dias em que tudo estava sob controle, e as informações divulgadas por agências internacionais alertando para o risco de uma catástrofe nuclear de grandes proporções.

É visível a cada dia, a cada tragédia como esta, a falta de percepção do bem comum característica do atual sistema predominante no mundo. A incompetência das grandes produtoras de energia no mundo em lidar com a questão é um alerta de câncer e a ilusão de que o processo tem total controle dessas empresas vai se desfazendo. Dados do governo americano de fins da década de 80, indicavam a existência, apenas nos Estados Unidos, em tanques especiais de aço, de um número alarmante: entre 300 e 400 milhões de litros de resíduos radioativos estocados obrigatoriamente por mil anos.

Ecologistas como o brasileiro Júlio José Chiavenato afirmam que 1% desse lixo atômico é mais poderoso do que todas as emissões liberadas pelas bombas atômicas detonadas até hoje. Ele explica que qualquer animal vivo hoje na Terra tem traços de estrôncio-90 nos ossos, um composto resultante dos processos de industrialização nuclear.

Enquanto a ecologia não for levada e admitida como uma legítima bandeira de esquerda, componente das lutas empreendidas por todos aqueles que entendem a necessária substituição do atual sistema, a correlação de forças só vai ser balanceada à reboque das tragédias, sob o custo de milhares de mortos, mutilados e doentes. Na questão atômica, essa demanda se coloca em caráter urgente, juntamente com o aquecimento global, a poluição, a inutilização dos recursos hídricos, a destruição das florestas numa grande lista de agressões.

Estamos diante de uma crise de civilização que contrapõe claramente o interesse neoliberal capitalista, que vê no lucro, na acumulação e na exploração do planeta sua razão de ser, à própria humana.

## Expediente

Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - APESJF/SSind.

**Rubens Luiz Rodrigues - Educação - Presidente**  
**Paulo César de Souza Ignácio - IFET/JF - Vice Presidente**  
**Paulo Roberto de Castro Villela - Engenharia - Secretário Geral**  
**Zuleyce Maria Lessa Pacheco - Enfermagem - 1ª Secretária**  
**Maria de Fátima G. M. Kalil Patrício C.A. João XXIII - 2ª Secretária**  
**Ana Livia de Souza Coimbra - Serviço Social - 1ª Tesoureira**  
**Marilene Schelgshorn dos Santos de Sansão - Inativo - 2ª Tesoureira**

Redação e diagramação: Daniel Goulart / e projeto gráfico: Luiz Felipe Falcão / Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem 1000 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 Tel/Fax: (32) 3215-1286 / Homepage: apes.org.br E-mail: apesjf@acessa.com



# Assessoria jurídica reflete sindicalismo de luta

A opção de luta sindical das diversas diretorias da APESJF ao longo dos anos tem se pautado por um sindicalismo classista, de defesa dos interesses coletivos dos professores. Uma política sindical que tem origem na ruptura entre o antigo sindicalismo assistencialista, oriundo do getulismo, e a luta classista dos trabalhadores, calcada na reorganização dos sindicatos pós golpe militar de 1964. Nessa direção, a assessoria jurídica do sindicato tem sido coordenada no sentido

da defesa dos direitos dos docentes com perspectiva coletiva, classista, no combate a qualquer tipo de ataque aos direitos da categoria como um todo. “Nós buscamos sempre resguardar os direitos dos docentes como trabalhadores, é ação prioritária que a APESJF busca cumprir na perspectiva da universidade pública, laica, gratuita e socialmente referenciada”, completa Rubens Luiz Rodrigues, presidente da APESJF.

Assim, a assessoria não só soluciona dúvidas,

fornece pareceres e promove a defesa dos interesses da categoria no plano administrativo e judicial, como também tem empreendido permanentes estudos da legislação vigente, apresentando situações jurídicas de interesse da Associação e de seus filiados, sugerindo novas ações.

Os resultados têm sido realmente muito bons, com muitas vitórias e conquistas.

Veja abaixo e na página 7 um resumo desses resultados feito pela assessoria jurídica da APESJF.

# Não deu na imprensa...

## Passagem de ônibus em JF

O Comitê Central popular informa que está na luta por uma passagem de ônibus que tenha preço justo em Juiz de Fora. O lema da campanha é “O preço da passagem é um roubo e tira a comida do povo”.

A luta também objetiva o passe livre para estudantes e melhores condições salariais para motoristas e trocadores.

## Amic-BR 440

No dia 17/03, realizou-se a Assembléia que fundou a AMIC-BR 440 (Associação dos Moradores Impactados pela Construção da BR 440).

A Associação veio fortalecer a luta que os moradores estão empreendendo, desde março de 2010, contra a implantação da rodovia BR 440, dentro de Juiz de Fora, rasgando ruas e avenidas de bairros tradicionais e exterminando os mananciais que abastecem a população do município.

## Segurança alimentar

O Comitê também lança campanha a favor da segurança alimentar em Juiz de Fora. Segundo o CCP, o Brasil é o maior consumidor mundial de venenos agrícolas, destruindo a agricultura familiar e ameaçando a saúde de milhões de brasileiros

## MP 520 ataca autonomia universitária

A MP 520, uma medida do Governo Federal que macula a autonomia universitária, rompe princípios como o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, burla o Regime Jurídico Único (RJU) na contratação de servidores, descumpra o preceito constitucional que se refere ao controle social de órgãos públicos no setor de saúde e, pior, não resolve a irregularidade dos terceirizados nos Hospitais Universitários (HUs), está em pauta e na polêmica do movimento sindical. As ADs e o ANDES-SN estão na luta contra a medida.

A MP cria uma empresa pública, mas de direito privado, em forma de sociedade anônima (S.A), que será responsável pelo gerenciamento dos HUs.

## Sinpro luta para manter direitos dos docentes das particulares de JF

Os professores da Rede Particular de Juiz de Fora (que engloba docentes da Educação Infantil ao Ensino Superior) vão enfrentar uma batalha dura: na negociação em torno da renovação da Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato Patronal demonstrou que quer retirar direitos conquistados pelos docentes. Os trabalhadores vão se mobilizar para manter seus direitos, ampliar a Convenção e conquistar ganho real no reajuste.

## PJF quer acabar com unidade entre servidores municipais

Já na Rede Municipal, o Sinpro-JF enfrenta a tentativa da Prefeitura de acabar com a unidade conquistada entre os servidores municipais. O Prefeito Custódio de Matos quer antecipar a database para 1º de janeiro, o que seria uma barreira para que os professores se mobilizassem ao lado dos demais trabalhadores que não têm acesso no final do ano.

## CRB

Já começou na UFJF o 2º Curso de Realidade Brasileira, reunindo uma vez por mês, na Faculdade de Serviço Social, até dezembro militantes de movimentos sindicais. O objetivo é estudar os autores que refletem sobre o Brasil e dar subsídios às lutas.

## Contagem em dobro da Licença-Prêmio:

Ação Coletiva reclamando a contagem em dobro, para efeitos de aposentadoria, das licenças-prêmio por assiduidade não gozadas.

O processo em destaque foi ajuizado no ano de 2004 e, atualmente, encontra-se no Tribunal Regional Federal da 1ª Região aguardando julgamento do recurso de apelação.

É válido salientar que, embora a contagem em dobro das licenças-prêmio para fins previdenciários seja, na atualidade, direito amplamente reconhecido pela Administração, ao tempo do ajuizamento da presente demanda, a UFJF se negava a proceder tal contagem em função da Emenda Constitucional nº 20/98.

## Veja continuação das ações em curso na pag. 7

# Prestação de Contas

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR - J.FORA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF - S/N - MARTELLOS - CEP 34091-000 - JUIZ DE FORA - MG  
TEL/FAX (031)215-1286

CNPJ 20.429.530/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1  
REGISTRO LIVRO 2-A FOLHA 195 - Nº 457 EM 28/11/79 - CARTÓRIO LAURA ROSIEREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

AGOSTO/2010	RECEITAS	DESPESAS
128.795,58	128.795,58	53.339,09
<b>FIXAS</b>	<b>58.824,45</b>	<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>
Contr. Dos Sindicalizados	58.824,45	13.100,33
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>69.971,13</b>	13º Salário
Mens Ch Apes	0,00	Análise
Patrocínio	0,00	Assistência Médica
Cursos Recolitas	15,25	Contribuição Sindical
Rendimentos Financeiros	3.320,29	Cursos
Taxa de Administração	0,00	Féretos
Aluguel	300,00	Gratificação
Descontos Obitos	66.246,68	PAT
<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	Pis s/ folha
Venda Bem Alvo Permanente	0,00	Resoluções
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>	<b>0,00</b>	Salários
Bar Apes	0,00	Uniformes e Equip. Segurança
Recuperação de Churrasco	0,00	Vale Transporte
Recuperação Bole	0,00	(7,86)
Recuperação Despesas	0,00	<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>
<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>	<b>0,00</b>	F.G.T.S
13º Salário	0,00	I.N.S.S.
Análise	1.126,54	<b>ASSESSORIAS</b>
Assistência Médica	22,50	Constit
Contribuição Sindical	0,00	Jurídica
Cursos	0,00	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>
Féretos	348,95	Impostos e Taxas
Gratificação	1.406,21	Iptu
PAT	1.217,50	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>
Pis s/ folha	102,01	Bancaria
Resoluções	0,00	Juros Passivos
Salários	18.808,78	<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	Alimentação
Vale Transporte	(7,86)	Aluguel
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>3.472,11</b>	Brindes
F.G.T.S	900,10	Combustíveis e Lubrificantes
I.N.S.S.	2.872,01	Condomínio
<b>ASSESSORIAS</b>	<b>3.864,00</b>	Conservação e Reparos
Constit	1.704,00	Contratação
Jurídica	2.160,00	Despesas Postais
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	Depreciação e Amortizações
Impostos e Taxas	0,00	Doações
Iptu	0,00	Estacionamento
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>590,30</b>	Manutenção de Equipamentos
Bancaria	570,95	Material de Consumo
Juros Passivos	0,34	Material de Escritório
<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>	<b>16.660,57</b>	Material de Limpeza
Alimentação	187,50	Outras
Aluguel	0,00	Publicação
Brindes	0,00	Serv Prest. Pessoa Física
Combustíveis e Lubrificantes	23,00	Serv Prest. Pessoa Jurídica
Condomínio	222,05	Suprimentos p/Informática
Conservação e Reparos	0,00	Teléfono/Fax/Internet
Contratação	0,00	Transporte
Despesas Postais	1.774,80	Xerox
Depreciação e Amortizações	0,00	<b>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CONGRESSOS/CONFERÊNCIAS</b>
Doações	0,00	Passagens
Estacionamento	0,00	Diárias
Manutenção de Equipamentos	0,00	Hotéis
Material de Consumo	2.379,97	Rato
Material de Escritório	1.987,00	<b>ENCONTROS</b>
Material de Limpeza	6,97	Diárias
Outras	5.354,99	Hotéis
Publicação	0,00	Rato
Serv Prest. Pessoa Física	0,00	<b>REUNIÃO SETOR/PLENÁRIAS</b>
Serv Prest. Pessoa Jurídica	3.370,00	Diárias
Suprimentos p/Informática	2.122,29	Hotéis
Teléfono/Fax/Internet	1.122,29	Passagens
Transporte	44,00	<b>REPASSES</b>
Xerox	0,00	Andes SN
<b>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CONGRESSOS/CONFERÊNCIAS</b>	<b>285,60</b>	Andes Mobilização
Passagens	0,00	Andes Salariada
Diárias	0,00	Fundo de Greve
Hotéis	0,00	<b>REUNIÃO GT'S</b>
Rato	0,00	Diárias
<b>ENCONTROS</b>	<b>285,60</b>	Passagens
Diárias	220,00	<b>SETOR FEDERAIAS</b>
Hotéis	0,00	Hotéis
Passagens	65,60	Passagens
<b>REPASSES</b>	<b>12.474,10</b>	<b>RESULTADO DO MÊS</b>
Andes SN	11.728,75	75.456,49
Andes Mobilização	245,00	
Andes Salariada	470,35	
Fundo de Greve	0,00	

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR - J.FORA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF - S/N - MARTELLOS - CEP 34091-000 - JUIZ DE FORA - MG  
TEL/FAX (031)215-1286

CNPJ 20.429.530/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1  
REGISTRO LIVRO 2-A FOLHA 195 - Nº 457 EM 28/11/79 - CARTÓRIO LAURA ROSIEREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

SETEMBRO/2010	RECEITAS	DESPESAS
66.488,38	66.488,38	68.898,47
<b>FIXAS</b>	<b>58.897,85</b>	<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>
Contr. Dos Sindicalizados	58.897,85	21.191,42
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>7.590,53</b>	13º Salário
Mens Ch Apes	0,00	Análise
Patrocínio	0,00	Assistência Médica
Cursos Recolitas	40,28	Contribuição Sindical
Rendimentos Financeiros	3.034,38	Cursos
Taxa de Administração	0,00	Féretos
Aluguel	500,00	Gratificação
Descontos Obitos	4.015,87	PAT
<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	Pis s/ folha
Venda Bem Alvo Permanente	0,00	Resoluções
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>	<b>0,00</b>	Salários
Bar Apes	0,00	Uniformes e Equip. Segurança
Recuperação de Churrasco	0,00	Vale Transporte
Recuperação Bole	0,00	(7,86)
Recuperação Despesas	0,00	<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>
<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>	<b>0,00</b>	F.G.T.S
13º Salário	0,00	I.N.S.S.
Análise	1.126,54	<b>ASSESSORIAS</b>
Assistência Médica	22,50	Constit
Contribuição Sindical	0,00	Jurídica
Cursos	0,00	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>
Féretos	348,95	Impostos e Taxas
Gratificação	1.406,21	Iptu
PAT	1.217,50	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>
Pis s/ folha	102,01	Bancaria
Resoluções	0,00	Juros Passivos
Salários	19.253,40	<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	Alimentação
Vale Transporte	249,74	Aluguel
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>5.025,09</b>	Brindes
F.G.T.S	1.596,03	Combustíveis e Lubrificantes
I.N.S.S.	3.930,66	Condomínio
<b>ASSESSORIAS</b>	<b>3.844,00</b>	Conservação e Reparos
Constit	1.694,00	Contratação
Jurídica	2.160,00	Despesas Postais
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>500,00</b>	Depreciação e Amortizações
Impostos e Taxas	500,00	Doações
Iptu	0,00	Estacionamento
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.080,95</b>	Manutenção de Equipamentos
Bancaria	1.054,01	Material de Consumo
Juros Passivos	26,44	Material de Escritório
<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>	<b>31.659,29</b>	Material de Limpeza
Alimentação	212,58	Outras
Aluguel	0,00	Publicação
Brindes	0,00	Serv Prest. Pessoa Física
Combustíveis e Lubrificantes	23,00	Serv Prest. Pessoa Jurídica
Condomínio	226,00	Suprimentos p/Informática
Conservação e Reparos	5,30	Teléfono/Fax/Internet
Contratação	9.840,00	Transporte
Despesas Postais	2.591,30	Xerox
Depreciação e Amortizações	0,00	<b>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CONGRESSOS/CONFERÊNCIAS</b>
Doações	0,00	Passagens
Estacionamento	24,75	Diárias
Manutenção de Equipamentos	0,00	Hotéis
Material de Consumo	802,65	Rato
Material de Escritório	1.306,65	<b>ENCONTROS</b>
Material de Limpeza	110,15	Diárias
Outras	8.873,21	Hotéis
Publicação	884,10	Rato
Serv Prest. Pessoa Física	0,00	<b>REUNIÃO SETOR/PLENÁRIAS</b>
Serv Prest. Pessoa Jurídica	5.317,10	Diárias
Suprimentos p/Informática	2.227,10	Hotéis
Teléfono/Fax/Internet	1.227,10	Passagens
Transporte	206,40	<b>REPASSES</b>
Xerox	0,00	Andes SN
<b>PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CONGRESSOS/CONFERÊNCIAS</b>	<b>0,00</b>	Andes Mobilização
Passagens	0,00	Andes Salariada
Diárias	0,00	Fundo de Greve
Hotéis	0,00	<b>REUNIÃO GT'S</b>
Rato	0,00	Diárias
<b>ENCONTROS</b>	<b>0,00</b>	Passagens
Diárias	0,00	<b>SETOR FEDERAIAS</b>
Hotéis	0,00	Hotéis
Passagens	0,00	Passagens
<b>REPASSES</b>	<b>12.448,81</b>	<b>RESULTADO DO MÊS</b>
Andes SN	11.724,44	(402,09)
Andes Mobilização	245,00	
Andes Salariada	469,37	
Fundo de Greve	0,00	

APES - ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO SUPERIOR - J.FORA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA UFJF - S/N - MARTELLOS - CEP 34091-000 - JUIZ DE FORA - MG  
TEL/FAX (031)215-1286

CNPJ 20.429.530/0001-34 - INSCR. ESTADUAL ISENTO - CMC 02580-1  
REGISTRO LIVRO 2-A FOLHA 195 - Nº 457 EM 28/11/79 - CARTÓRIO LAURA ROSIEREDO

DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS

OUTUBRO/2010	RECEITAS	DESPESAS
75.707,39	75.707,39	65.177,84
<b>FIXAS</b>	<b>58.872,81</b>	<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>
Contr. Dos Sindicalizados	58.872,81	20.887,56
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>6.254,58</b>	12.635,70
Mens Ch Apes	0,00	13º Salário
Patrocínio	0,00	Análise
Cursos Recolitas	0,00	Assistência Médica
Rendimentos Financeiros	2.872,76	Contribuição Sindical
Taxa de Administração	0,00	Cursos
Aluguel	500,00	Féretos
Descontos Obitos	1.881,89	Gratificação
<b>RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS</b>	<b>0,00</b>	PAT
Venda Bem Alvo Permanente	0,00	Pis s/ folha
<b>RECUPERAÇÃO DE DESPESAS</b>	<b>0,00</b>	Resoluções
Bar Apes	0,00	Salários
Recuperação de Churrasco	0,00	Uniformes e Equip. Segurança
Recuperação Bole	0,00	Vale Transporte
Recuperação Despesas	0,00	(7,86)
<b>RECURSOS HUMANOS EMPREGADOS COM VÍNCULO</b>	<b>0,00</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>
13º Salário	0,00	F.G.T.S
Análise	1.126,54	I.N.S.S.
Assistência Médica	22,50	<b>ASSESSORIAS</b>
Contribuição Sindical	0,00	Constit
Cursos	0,00	Jurídica
Féretos	1.516,72	<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>
Gratificação	1.516,72	Impostos e Taxas
PAT	1.217,50	Iptu
Pis s/ folha	102,01	<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>
Resoluções	0,00	Bancaria
Salários	19.253,40	Juros Passivos
Uniformes e Equip. Segurança	0,00	<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>
Vale Transporte	249,74	Alimentação
<b>ENCARGOS SOCIAIS</b>	<b>5.025,09</b>	Aluguel
F.G.T.S	1.596,03	Brindes
I.N.S.S.	3.930,66	Combustíveis e Lubrificantes
<b>ASSESSORIAS</b>	<b>3.844,00</b>	Condomínio
Constit	1.694,00	Conservação e Reparos
Jurídica	2.160,00	Contratação
<b>DESPESAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>500,00</b>	Despesas Postais
Impostos e Taxas	500,00	Depreciação e Amortizações
Iptu	0,00	Doações
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.080,95</b>	Estacionamento
Bancaria	1.054,01	Manutenção de Equipamentos
Juros Passivos	26,44	Material de Consumo
<b>INFRA-ESTRUTURA DA SEÇÃO SIND.</b>	<b>20.887,56</b>	Material de Escritório
Alimentação	12.635,70	Material de

## Stédile fez análise de conjuntura na faculdade de S. Social

O Coordenador do MST, João Pedro Stédile, esteve em Juiz de Fora, no dia 08/02, para encerrar a Semana de Estudos Latino-americanos da Faculdade de Serviço Social da UFJF. Em palestra, Stédile realizou uma análise de conjuntura do momento político que vivem tanto o Brasil quanto os demais países da América Latina.

Stédile procurou indicar os movimentos de ascensão e decadência da classe trabalhadora no Brasil

## Coordenador do MST indentificou as correntes políticas em disputa na AL

Identificando um momento de derrota do neoliberalismo, frente à crise de 2008, Stédile apontou três grandes correntes políticas que estão presentes em quase todos os países da América Latina, disputando eleições e a hegemonia no continente.

A primeira citada é o conjunto de forças imperialistas, que defendem o neoliberalismo, composto pelas corporações transacionais. Esse grupo luta por retomar, nos países latino-americanos, o controle sobre os recursos naturais: petróleo, minérios etc. Stédile explica que estes são os produtos com maiores margens de lucro atualmente no mercado, sendo assim, grande fonte de acúmulo de capital.

Outro objetivo desse grupo é o fomento da indústria bélica, setor altamente lucrativo, que se alimenta de guerras periódicas. Este seria um ponto que justifica a reativação da 4ª frota americana e as bases militares na América Latina, que, além da coerção aos países latino-americanos, representa grande fonte de lucros para as empresas que fornecem a logística para esse gigantesco aparato militar.

Ainda a manutenção do dólar como moeda mundial faz, segundo o coordenador do MST, com que todo o planeta trabalhe para os EUA, o qual tem o poder de emissão de moeda, injetando bilhões e bilhões no

ao longo do último século. Os movimentos sociais apresentaram, segundo sua análise, um acúmulo de forças iniciado em 1910, com ápice em 1935, no que foi chamado de intentona comunista, experimentando então um momento de decadência, só estabilizado entre 1945 e 1950. A partir daí, novo acúmulo de forças se faz notar, com auge nas agitações políticas e sociais entre 1960 e 1964.

Com o duro golpe da ditadura, os movimentos

mercado, quando necessário, e espalhando esse montante pelo mundo. Esta seria a principal arma de dominação internacional, com poder de destruir economias inteiras via guerra cambial.

Ao mesmo tempo, o grupo imperialista procura conquistar corações e mentes e organizar a direita pró EUA, pelo domínio dos meios de comunicação existentes nos países da América Latina. Stédile disse ainda que, com o fracasso da ALCA, os americanos passaram para o ataque individual por meio dos acordos bilaterais, que promovem a entrada de empresas transnacionais nesses mercados, que em tese excluiriam a presença americana.

Um segundo grupo seria formado por setores da burguesia nacional, empreiteiras, empresas de comunicação etc. que se sentem prejudicados pelo domínio do grupo imperialista. Esse grupo tem tentado se unir em pontos de resistência e disputa, concretizados em órgãos, instituições político-econômicas como o Mercosul e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Já o terceiro grupo é aquele representado em grande parte pela Aliança Bolivariana para as Américas. Basicamente antiimperialista e antineoliberal, esse conjunto de forças procura se desligar da influência e do poderio do primeiro grupo (imperialista)

sociais decaem novamente cessando mais esse ciclo em meio à década de 70. Com o novo acúmulo e novo ápice entre 1989 e 1995.

Desse modo, de 2002 para os dias de hoje, o país apresenta um longo período de decadência das forças de defendem o trabalho. "Após 20 anos de ditadura e outros 20 de neoliberalismo, estamos observando um momento de estagnação, na expectativa de novo acúmulo de forças", observou.

criando alternativas com a moeda internacional, chamada sucre, o Banco der Sur, o Banco da ALBA e empresas de comunicação de massa como a Telesur, a Radio Sur e a ALBA TV. A luta envolve a articulação dos movimentos sociais de 34 países.

Stédile afirma que hoje na América Latina, estes três grupos disputam a hegemonia do continente, estando presentes nas principais eleições, onde o segundo grupo se alia às vezes ao primeiro ou ao terceiro dependendo das circunstâncias e interesses do momento.

Para ele, a esquerda brasileira e latino-americana têm alguns desafios pela frente para que possa retomar o acúmulo de forças, iniciar um novo processo de ascensão política e novamente poder realizar mudanças necessárias.

Para isso, é preciso manter os atuais governos minimamente comprometidos com a causa antiimperialista e antineoliberal e buscar conquistar outros; acelerar os processos de integração popular independente dos governos; buscar incentivar a solidariedade entre os povos; construir o processo de luta pelas reformas estruturais e consolidar a articulação em torno da Comunidade dos Estados Latino Americanos e do Caribe. Para Stédile é fundamental que a OEA, de domínio fácil dos americanos, seja substituída pela CELAC.

Acompanhe abaixo entrevista exclusiva de João Pedro Stédile, coordenador do MST ao TRAVESSIA

T - Você disse sobre a questão da estagnação vivida hoje pelo movimento dos trabalhadores e de uma possível retomada do acúmulo de forças. Como a universidade brasileira pode contribuir para essa retomada? Stédile - Em primeiro lugar, o diagnóstico da universidade brasileira, sob o olhar dos movimentos sociais é muito ruim porque nós percebemos que ela foi vítima desses 15 anos de neoliberalismo, o qual introduziu várias práticas antissociais, anti luta social, tanto do ponto de vista acadêmico/científico, em que esquemas que interessavam à classe trabalhadora saíram de pauta, quanto do próprio comportamento da comunidade acadêmica, que no neoliberalismo se projeta apenas em individualismo, no egoísmo, no carreirismo, na competição, que na nossa opinião são antivalores, que não constroem nada. Veja bem, a humanidade se construiu com base na solidariedade, na ajuda mútua, na luta pela justiça social e igualdade.

Recentemente, a universidade começa a despertar para as necessidades do movimento social. No entanto, como ainda estamos no processo de descenço, os próprios movimentos demandam pouco, como pressão social, para a universidade.

Então acho que nesse período histórico, o principal papel da universidade pública é fazer com que os professores, que tenham consciência da necessidade de mudanças estruturais na sociedade, nos ajudem, tomando iniciativa e criando espaços, os mais diferentes possíveis, que representem na prática formação de militantes e quadros para os movimentos sociais. Isto você pode fazer inserindo matérias nos cursos formais que consigam abrir a visão dos estudantes ou ainda montar cursos de menor duração que possam ser frequentados pelos militantes dos movimentos sociais. Também acho que a universidade pode criar cursos massivos. Nós tivemos experiência na Universidade Fluminense e na Unicamp. Em determinado período das férias, a universidade junta dois, cinco mil jovens e, em alguns dias, repassa pensadores clássicos que nos ajudem a entender a realidade brasileira.

## “A unidade d

Nós vamos propor um grande convênio com o MEC para os programas de estágio de vivência. Nós formaríamos turma de 100, 200 jovens para nas férias

**“o diagnóstico da universidade brasileira, sob o olhar dos movimentos sociais, é muito ruim”**

passarem 40 a 50 dias nos nossos assentamentos e áreas rurais. Eles se inscreveriam, nós damos uma semana num curso preparatório e eles se inserem e vão vivenciar, enfrentando as dificuldades da vida comum. Na volta, damos um seminário de avaliação e de sistematização da realidade vivida. Essa experiência, que temos realizado há mais de 15 anos, tem se revelado um grande espaço de formação de militantes. Jovens que estão na universidade, mas que estão descolados da realidade rural. A universidade, junto com os movimentos sociais, criaria um mecanismo em que esses jovens teriam oportunidade de se formar enquanto cidadãos e, ao mesmo tempo, utilizaria essa experiência para pesquisa, para conhecer a realidade econômica e do meio ambiente.

Por último, acho que a universidade brasileira hoje teria que se envolver mais e ajudar a debater grandes temas que representam hoje gargalos e problemas concretos da sociedade.

Ninguém está fazendo esse debate e os movimentos sociais não têm acúmulo para puxar esse debate até por falta de conhecimento. Poderíamos discutir o que significa soberania



João Pedro Stédile é coordena



# os trabalhadores é fundamental”

ética. Em cada povoado, cidade, cada universidade, vamos desenvolver programas termos auto suficientes, com as alternativas para fugir do óleo, para fugir do automóvel. Energia solar, biodigestor, energia ventos, a biomassa - a qual um defensor fanático aqui APESJF, que é o Professor Roberto Vasconcelos - que é toda massa verde que é a produção da energia solar. Este tema, a questão dos tóxicos. O Brasil é o maior produtor mundial de veneno e quem discute. Isso é o mesmo. Outro tema importante, o monopólio dos meios de comunicação. A universidade em TV aberta. Porque a universidade não ajuda a formar profissionais militantes da área de comunicação? Para nós fazermos algo sobre a democratização dos meios? Há uma ditadura política da televisão.

Isa é outra questão. Existe movimento atual de realização dos movimentos sociais. E a grande mídia tem acusada de ser a grande promotora dessa idéia. Como esse bloqueio? Primeiro que você tem a razão. Na atual etapa da vida e classes no Brasil e na AL, desta forma, as burguesias e os socialistas perderam os poderes dos governos. Então eles usando como arma contra os produtores, o Poder Judiciário e meios de comunicação, que usam uma imagem na sociedade de que todos os que na luta social estão cometendo um crime, quando é o contrário. As mudanças sociais só ocorrem na história da humanidade quando a população organiza e luta. Einstein já disse: “Se o correto é sempre estar de acordo com as coisas, então o

progresso depende dos loucos”. Então tem que ser um pouco louco para contestar esse monopólio que a mídia tenta impor ao nos chamar de loucos só porque lutamos. Eu acho que para romper isso só há dois caminhos, a própria universidade ajudando a democratizar e os movimentos sociais tendo direito a ter seus próprios meios, mesmo que numa



Stédile durante Entrevista ao TRAVESSIA

zona embrionária como página na internet e boletim eletrônico, rádio comunitária, programa de televisão em TV Pública universitária. Tudo isso é muito importante. Nós temos visto que na juventude a internet tem desempenhado um papel muito importante.

T - A internet pode ser uma saída?  
Stédile - Não uma das saídas, mas ela dá uma contribuição, porque atinge um público que saiu da TV. A televisão não influencia mais os jovens. Influencia aquelas pessoas que tem mais de 50 anos que têm uma vida sedentária, que já não se envolvem tanto, que usam a TV como forma de diversão e de busca de informação.

Então para a juventude de 14 a 25 anos, a internet é um instrumento de comunicação importantíssimo, e que nós deveríamos, como movimento social e de esquerda, nos apropriarmos cada vez mais. Mesmo esses blogs alternativos, como o do Paulo Henrique Amorim, que tem milhões de acessos. O blog dele é mais lido que a Folha de S. Paulo, que só vende na cidade de São Paulo.

O Paulo Henrique

Amorim pode ser acessado do mundo todo.

T - Como o MST se insere no atual estágio de reorganização da classe trabalhadora?  
Stédile - Nós achamos que o grande desafio dos movimentos populares é a construção das frentes de massa, para poder dar unidade e aumentar força e essa

frente tem dois caracteres. Uma frente política, partidária e programática e outra frente de lutas populares e, na nossa opinião, essa necessidade está caindo de madura. Então nós vamos nos empenhar para que, nos próximos meses, haja convergência de esforços nessas duas direções. Nas frentes de massa, há iniciativas em curso com a confluência de centrais sindicais. Há a iniciativa da assembleia popular e da Conlutas que, de certa forma, extrapola o campo sindical. Nós achamos que não há a necessidade de apenas uma frente. Mas que, em cada campo ideológico, haja uma convergência das forças daquele setor, para que pelo menos aí haja uma

unidade de forças. Para nós não é de todo ruim que haja pelo menos esses três campos, Conlutas, Assembleia Popular e as Centrais Sindicais, desde que todos estejam dispostos a alguma mobilização. Eventualmente acho que a conjuntura caminha para que tenhamos uma unidade maior em torno de temas como por exemplo a questão das 40 horas semanais. A questão do agrotóxico que pode

aglutinar, a do leilão do pré-sal. Esses temas podem unir os segmentos. O problema é que durante o movimento de descensão da classe trabalhadora, e isso aconteceu em todos os países, a tendência é a esquerda ficar disputando documentos, teses, vírgulas, uma frase, uma bandeira. E isso não dá unidade. Então nós estamos torcendo que possamos esquecer os documentos, a disputa governamental, já que as eleições estão longe, e partir para algum nível de acordo em torno de plataformas concretas. Nós, da via camponesa, temos uma vontade política de começar o diálogo com outras forças para montar uma plataforma de dez pontos que todo mundo concorde. Pontuar o que poderia criar unidade pra fazer uma mobilização nacional.

T - Como está a questão agrária hoje no Brasil?  
Stédile - Hoje está fora da pauta a reforma agrária clássica que representava apenas desapropriação e distribuição de terras. Esse tipo era necessária, mesmo dentro do capitalismo industrial, que precisava da democratização da propriedade da

terra, os meios de produção, os meios de capital e controle o mercado. Existe então uma incompatibilidade entre reforma agrária e agronegócio. Antes, para fazermos avançar a reforma agrária, bastava ocupar latifúndios e isso gerava força acumulada, agora não conseguimos derrotar o agronegócio dessa forma já que esse sistema disputa essas terras conosco. Quando uma usina no nordeste falia, o Incra desapropriava e ela virava assentamento e passava a produzir alimentos para os agricultores, hoje chega uma multinacional como a Cargill, compra aquela fazenda,

mantém a cana e ela passa a produzir Etanol e, mesmo que nós ocupemos aquela fazenda, o Incra não tem coragem de desapropriar, e nós não temos força para derrubar o novo proprietário. Nós temos que lutar hoje por uma reforma que não apenas democratize a propriedade, mas que democratize o modo de produção, abandonando o agronegócio em favor da agricultura familiar, e a agroecologia, abandonando venenos e adotando práticas sustentáveis. Gerando condições

“Hoje está fora da pauta a reforma agrária clássica”



Stédile na Faculdade de Serviço Social

terra na tentativa de integrar os agricultores na sociedade de consumo. Essa etapa está superada. O MST nasceu com esse ideário no meio da ditadura, para lutar por uma reforma agrária clássica. Hoje o capitalismo está numa fase neoliberal e globalizada, o que trouxe para a agricultura o modus operante do agronegócio concentrador de

para que as pessoas possam se manter no meio rural com uma vida boa no campo. O MST sozinho não tem força suficiente para derrotar o agronegócio. As vitórias só virão no bojo de uma mudança maior em todo o modelo econômico, ou seja uma derrota do neoliberalismo, por isso a unidade dos trabalhadores é fundamental.



ador do MST

# Assessoria jurídica propõe quatro novas ações

A assessoria de jurídica da APESJF está propondo aos docentes filiados quatro novas ações. A primeira diz respeito ao reajuste das aposentadorias sem as garantias da integralidade e da paridade, outra é sobre indenização das licenças-prêmio não gozadas nem computadas em dobro para aposentadoria, a terceira tem a ver com o regime de trabalho considerado no cálculo da aposentadoria e, a última se refere ao reflexo do benefício consagrado pelo artigo 192 da Lei nº 8.112/90 na GED e na GTMS.

## Ação

### Reajuste das Aposentadorias sem as garantias da integralidade e da paridade

O Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Federais sofreu profundas alterações com a Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 que, entre outras medidas, retirou do texto definitivo da Constituição as garantias da integralidade e da paridade de vencimentos entre servidores aposentados e da ativa. No entanto, tal modificação também garantiu aos servidores o direito de ter a sua aposentadoria reajustada na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Tal determinação não foi respeitada pela administração superior da universidade que, entre os anos de 2004 e 2007, não promoveu qualquer revisão na aposentadoria dos docentes aposentados.

## Quem pode entrar

Todos os aposentados entre dezembro de 2003 e março de 2007, que tiveram os seus benefícios calculados com base no artigo 40 da CR/88 e no artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, têm direito de reclamar os reajustes que não foram aplicados, a tempo e modo, na atualização dos seus vencimentos.

## Documentos Necessários

Procuração, cópia da carteira de identidade e do CPF, cópia do comprovante de residência, cópia da portaria de aposentadoria e cópia dos contracheques ou ficha financeira desde a aposentadoria

### Indenização das licenças-prêmio não gozadas nem computadas em dobro para aposentadoria

Com relação à ação das licenças prêmios, a argumentação da assessoria jurídica da APESJF é de que até outubro de 1996 era assegurado aos servidores da Administração Pública Federal a aquisição de licença, que premiava a assiduidade, conferindo ao funcionário a possibilidade de gozar de três meses de afastamento, sem prejuízo da remuneração, a cada quinquênio ininterrupto de exercício do cargo. O período não gozado poderia, ainda, no momento da aposentadoria, ser computado em dobro. Mesmo que essas normas tenham sido modificadas há mais de uma década, ainda hoje, remanescem servidores que dispõem de períodos de licença a serem gozados ou convertidos, ou que já se aposentaram sem os benefícios da legislação da época. A esses últimos servidores fazem jus o recebimento em dinheiro do valor relativo aos meses de licença-prêmio não gozada ou não convertida.

Todos os professores que se aposentaram nos últimos cinco anos e que, tendo adquirido licença-prêmio por assiduidade, não a gozaram nem a computaram para fins de aposentadoria, têm direito de reclamar na Justiça a respectiva indenização.

Procuração, cópia da carteira de identidade e do CPF, cópia do comprovante de residência, cópia do último contracheque, cópia da portaria de aposentadoria e declaração fornecida pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos, atestando os períodos de licença-prêmio por assiduidade adquiridos e não gozados, nem mesmo computados em dobro para efeitos de aposentadoria.

### Do regime de trabalho considerado no cálculo da aposentadoria

A terceira ação também cuida de aposentadorias, na visão da assessoria jurídica, incorretamente calculadas. Normalmente muitos docentes alteraram seu regime de trabalho durante a atuação na universidade. No entanto, para efeito de aposentadoria a Administração Superior tem exigido um mínimo de seis anos em um regime específico para que este tenha efeito sobre a aposentadoria. Como exemplo, um docente Dedicado Exclusiva, que tenha se aposentado, mas que não tenha permanecido por seis anos neste regime, terá seus vencimentos calculados com base no regime de 40 horas. No entanto, tal entendimento não encontra, segundo a assessoria jurídica, reflexo na legislação ordinária, não devendo, portanto, prevalecer.

Todos os professores que optaram por alterar o seu regime de trabalho em momento próximo à aposentadoria e que, por essa razão, tiveram os seus proventos calculados segundo o regime anterior, têm direito de pleitear a revisão dos seus vencimentos.

Procuração, cópia da carteira de identidade e do CPF, cópia do comprovante de residência, cópia da portaria de aposentadoria, declaração da Pró-Reitoria de Recursos Humanos, atestando os períodos em que o docente laborou em cada regime de trabalho, cópia dos contracheques ou fichas financeiras desde a aposentadoria (limitados há, no máximo, cinco anos).

### Do reflexo do benefício consagrado pelo artigo 192 da Lei nº 8.112/90 na GED e na GTMS

A última ação cuida do reflexo do benefício consagrado pelo artigo 192 da Lei nº 8.112/90 na GED e na GTMS. Ocorre que, com a reestruturação do modelo remuneratório dos docentes, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão evoluiu do seu antigo entendimento e passou a admitir a aplicação da vantagem do artigo 192 sobre a GEMAS e a GEDBT, fato inédito até então. Contudo, ainda que a universidade tenha reconhecido o direito para efeitos futuros, a Administração não cuidou das diferenças retroativas dele decorrentes.

Todos os professores beneficiados pelo artigo 192 da Lei nº 8.112/90, têm direito de reclamar as diferenças decorrentes da incidência da aludida vantagem sobre as extintas GED, GTMS e GEAD.

Procuração, cópia da carteira de identidade e do CPF, cópia do comprovante de residência e cópia dos contracheques dos últimos cinco anos.



# Confira as ações em andamento na assessoria da APESJF

## - Ação de Danos Materiais e Morais:

Ação Coletiva na qual busca a APESJF a condenação da União Federal no pagamento de indenização pelos danos materiais e morais suportados pelos professores, em razão da ausência de reajuste dos seus vencimentos entre os anos de 1999 e 2001.

A ação foi julgada procedente em 1ª Instância, tendo a União Federal recorrido da aludida decisão.

Atualmente, o processo em discussão encontra-se aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## - REUNI:

Mandado de Segurança ajuizado pela APESJF, na qual se questiona a validade da decisão adotada pela UFJF de aderir ao REUNI, em razão de falhas formais existentes no procedimento administrativo que culminou na prática do aludido ato.

O processo em questão foi extinto, sem julgamento de mérito, em 1ª Instância, por entender o juízo singular que a APESJF não dispunha de legitimidade para ingressar com a ação.

Desta decisão foi interposto recurso que, ainda hoje, aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

## - Auxílio-Transporte:

Processo no qual se reclama a restituição, através da verba denominada "auxílio-transporte", dos valores despendidos com os deslocamentos intermunicipais e interestaduais realizados no itinerário residência-trabalho-residência por professores domiciliados em outras localidades.

Todos os processos ajuizados, sem exceção, foram julgados procedentes em 1ª Instância, tendo a UFJF recorrido das respectivas sentenças.

Aliás, analisando o recurso ajuizado pela UFJF, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em um dos processos em comento, manteve a sentença inicial, chancelando o direito dos docentes ao recebimento da verba pleiteada.

## - Tempo Especial X Ex-Celetista

Inúmeros professores ingressaram no serviço público na condição de funcionários celetistas. Ainda, no período em que laboraram sob o regime da CLT, alguns professores desempenharam atividades consideradas insalubres pelo Regime Geral de Previdência Social.

Nestes casos, onde resta caracterizado o desempenho de atividades em ambientes nocivos à saúde e à integridade física, o professor faz jus à contagem qualificada do respectivo tempo de serviço (com acréscimo de 20%, se mulher e de 40%, se homem) para efeitos de aposentadoria.

Assim é que, no passado, a assessoria jurídica da APESJF recorreu ao Judiciário requerendo a contagem ponderada do tempo de serviço insalubre prestado pelos professores, nos moldes acima especificados.

Ocorre que, desde idos de 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão editou orientação normativa reconhecendo o direito em debate e autorizando a contagem diferenciada do tempo de serviço especial angariado pelos servidores ex-celetista, sem que fosse necessário o ajuizamento de demanda judicial.

## - 3,17%:

Ação individual na qual se postula as diferenças pretéritas decorrentes da aplicação do índice residual de 3,17% na remuneração dos docentes.

Ajuizada em meados de 2006, parte dos professores que ingressaram com o processo recebeu os valores que lhes eram devidos logo no ano seguinte. Outra parte, todavia, teve o seu pedido julgado improcedente em 1ª Instância, em razão do entendimento dissonante de um magistrado.

Para esses, a assessoria jurídica da APESJF interpôs, a tempo e modo, o competente recurso, vindo a Turma Recursal, na sequência, a reconhecer o direito dos referidos docentes ao recebimento das diferenças de 3,17%.

Agora, após inúmeros recursos ajuizados pela UFJF, os processos em questão começam a retornar a Juiz de Fora, para fins de pagamento dos valores devidos.

## - Gratificação X Colégio de Aplicação:

Durante um longo período, professores que ocupavam funções de chefia e coordenação no Colégio de Aplicação João XXIII não receberam, pelo desempenho desta atividade, a correspondente gratificação. A fim de remediar tal situação e alcançar, quando pouco, uma indenização no valor das gratificações não pagas no tempo devido, foram ajuizadas ações individuais perante o Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Juiz de Fora, cobrando os aludidos importes.

As ações foram julgadas improcedentes em 1ª Instância, vindo a assessoria jurídica da APESJF a recorrer destas decisões. Atualmente, tais recursos encontram-se pendentes de julgamento na Turma Recursal do Juizado Especial Federal.

## - Contribuição Previdenciária X GECC:

Até recentemente, a UFJF vinha descontando contribuição previdenciária sobre os valores pagos a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) aos professores que participavam da comissão de elaboração e correção de provas, bem como atuavam na condição de fiscal no concurso vestibular.

Não concordando, todavia, com tal prática, inúmeros professores ajuizaram ação pedindo o fim do desconto em questão, bem como a restituição dos valores a título de contribuição previdenciária já débitos da GECC.

Depois de aforados os citados processos, a UFJF reconheceu a inconstitucionalidade da tributação da GECC e não só parou de promover o desconto da contribuição questionada como restituiu aos professores prejudicados todos os valores indevidamente descontados a este título.

## - Contribuição Previdenciária X Abono de Férias:

Processo no qual se controverte sobre a constitucionalidade/legalidade dos descontos previdenciários efetuados sobre o abono de férias.

Ditos processos, regra geral, foram julgados procedentes em 1ª Instância, tendo a Administração recorrido das aludidas sentenças.

## - Incorporação de Quintos:

Objetivou o processo em destaque reconhecer o direito dos professores de incorporar, em seus estímulos, parcela referente à gratificação pelo exercício de função comissionada, conhecida como quintos e/ou décimos, entre 08/04/1998 e 05/09/2001.

Os processos foram julgados procedentes em 1ª Instância, tendo a UFJF interposto recurso atacando essas decisões.

## - Abono de Permanência X Imposto de Renda:

Processo no qual se questiona a constitucionalidade/legalidade da incidência do imposto de renda sobre a verba denominada "abono de permanência em serviço".

Os processos ajuizados foram julgados procedentes em 1ª Instância, sendo que, em todos os casos, foi interposto recurso pela União Federal.

## - Proporcionalidade GTMS/GEMAS:

Desde a modificação promovida na estrutura remuneratória dos docentes pela Medida Provisória nº 431/08, os professores aposentados com proventos proporcionais passaram a receber a GTMS e a GEMAS também calculadas de forma proporcional.

No caso, esquecendo o disposto na legislação de regência, a UFJF vem utilizando na fixação das citadas verbas o mesmo fator redutor empregado no cálculo dos proventos básicos de aposentadoria dos professores aposentados proporcionalmente.

Não concordando, todavia, com tal prática, foram propostas ações em nome dos docentes prejudicados, reclamando o pagamento da GTMS e da GEMAS em seu valor integral.

Tais demandas foram inicialmente julgadas improcedentes, vindo, a assessoria jurídica da APESJF a interpor recurso contra essas decisões.

## - GED:

Durante o período que se estendeu entre os anos de 2004 e 2008, a Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior (GED) foi paga aos docentes aposentados em valor inferior àquele dedicado aos servidores em atividade.

Neste contexto, foram ajuizadas ações visando à condenação da UFJF em repassar aos professores aposentados as diferenças em atraso devidas entre os valores pagos e os efetivamente devidos a título de GED, considerando, para tanto, os mesmos critérios e as mesmas proporções utilizados no cálculo da vantagem para os servidores da ativa.

Tais processos foram julgados procedentes em 1ª Instância, tendo a UFJF recorrido das respectivas sentenças.

## - Artigo 192 X Reestruturação Carreira:

No ano de 2006 foi promovida a reestruturação da carreira do magistério superior com a inserção da classe de professor associado entre as classes de adjunto e titular. Por conta disso, a legislação em destaque acabou por gerar, por reflexo, notável prejuízo para os professores que, aposentados como adjunto, percebiam a vantagem do artigo 192 da Lei nº 8.112/90.

É que, se antes da reestruturação o benefício em comento era calculado considerando a diferença remuneratória entre as classes de professor adjunto e titular, depois da citada medida a vantagem em questão passou a contemplar a diferença de vencimentos entre as classes adjunto e associado.

Não concordando, todavia, com tal providência, foram interpostas ações, reclamando o pagamento da rubrica do artigo 192 com base na diferença entre a remuneração devida à classe de professor adjunto e a de titular, a despeito das alterações promovidas pela Medida Provisória nº 295/06.

Tais processos foram julgados improcedentes em 1ª Instância, vindo a assessoria jurídica da APESJF a aforar o competente recurso.

## - Exercício Anterior:

Inúmeros professores que têm direitos reconhecidos na esfera administrativa são submetidos, constantemente, a uma longa espera para receber as diferenças pretéritas que lhes são devidas. É que, estando tal verba vinculada a exercício financeiro anterior, o seu pagamento sempre resta condicionado a existência de um excedente orçamentário que, por vezes, demanda anos para ocorrer.

Assim, a fim de remediar tal espera, bem como para receber os valores em atraso corrigidos monetariamente e acrescidos de juros de mora, vários professores tem recorrido ao Judiciário. Tais ações têm sido julgadas procedentes em 1ª Instância e a Universidade Federal de Juiz de Fora, regra geral, não tem interposto recurso contra essas decisões.

## - Professor Substituto X Remuneração:

Durante um longo período os professores substitutos receberam, a título de remuneração, valores inferiores àqueles contratados com a UFJF. É que, embora esses docentes devessem receber remuneração equivalente à dedicada aos professores efetivos, a eles, até novembro de 2008, não foram pagas as correspondentes gratificações (GED/GTMS ou GEAD/GEDBT).

Todavia, muito embora tal equívoco tenha sido corrigido e o pagamento da remuneração dos professores substitutos regularizada, certo é que a UFJF vem se negando a pagar as diferenças pretéritas decorrentes do erro citado.

Assim, tais professores recorreram à Justiça, reclamando o pagamento das diferenças remuneratórias a que fazem jus. Esses processos, por sua vez, aguardam decisão no Juizado Especial Federal em Juiz de Fora.

## A VINCULAÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DO IF SUDESTE MG: aproximações e distanciamentos

Prof. Paulo César de Souza Ignácio - Professor do IFET/JF

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no ano de 2009 celebrou cem anos de história. Às vésperas de chegar a este marco, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, 31 centros federais de educação tecnológica (CEFETs), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNEDs), 39 escolas agrotécnicas federais, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades federais foram transformadas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os 38 institutos federais (IFs) criados a partir desta lei estão presentes em todos os estados do país e são considerados instituições de educação superior, básica e profissional, oferecendo ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelados na área tecnológica e licenciaturas.

Nesse contexto, o Colégio Técnico Universitário então vinculado à Universidade Federal de Juiz de Fora, o CTU da UFJF como era conhecido, se integrou ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Pomba CEFET-RP e à Escola Agrotécnica Federal de Barbacena para, junto com a Escola Técnica Federal de Muriaé concebida, a princípio, para ser uma Unidade de Ensino Descentralizada do CEFET-RP, constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, o IF Sudeste MG. Em 27 de dezembro de 2010, dois campi avançados são inaugurados nas cidades de São João del Rei e Santos Dumont, se integrando ao IF Sudeste MG.

Apesar de serem unidades de ensino do mesmo IF, cada uma dessas instituições tem sua própria história, o que as faz diferentes entre si. Seguindo também por caminhos diversos, os docentes a elas vinculados se organizaram em diferentes sindicatos. Os de Rio Pomba e Barbacena, por razões que somente sua história pode revelar, se organizaram em torno do SINASEFE. Por sua vez, os docentes do, agora denominado, Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG, seguindo também sua história, que se confunde com a história da UFJF e, por conseguinte, da própria APESJF-SSIND, se organizaram no interior do ANDES-SN.

Durante esse tempo, participaram ativamente de todas as suas lutas, sempre se pautando na defesa intransigente de um ensino público, gratuito e de qualidade socialmente referenciada. Seja nas assembleias, no Conselho de Representantes, na composição da Diretoria da APESJF-SSIND, nos comandos locais e nacionais de greve, enfim, em todas as instâncias consultivas ou de decisões colegiadas de nosso Sindicato sempre se fizeram representar. Seguindo os princípios de um movimento sindical que se baseia em decisões democraticamente tomadas em suas bases, livres da influência de partidos políticos, dos governos e dos setores da administração pública, defenderam e lutaram pela valorização do trabalho docente ao mesmo tempo em que reivindicavam a garantia dos direitos sociais a todos os trabalhadores brasileiros.

Antes de se desvincularem administrativamente da UFJF, no final do ano de 2009, os docentes do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG se reuniram para discutir os rumos de sua situação sindical. Representando a Diretoria da APESJF-SSIND, o professor Márcio Antônio de Oliveira, Secretário Geral à época, esteve presente na reunião.

Concretamente, a perspectiva que se apresentava naquele momento era a de que após sua desvinculação da UFJF estariam impedidos de permanecer filiados ao ANDES-SN através da APESJF-SSIND. Conforme previa o Estatuto do ANDES-SN, a jurisdição territorial das Seções Sindicais compreendia apenas uma instituição de ensino. Por sua vez, a APESJF-SSIND, em seu Regimento em conformidade com o Estatuto do ANDES-SN, afirma que poderão a ela se filiar somente, e tão somente, os docentes que exerçam ou que tenham exercido atividade do magistério na UFJF.

Assim sendo, vislumbravam quatro cenários possíveis e que precisavam ser avaliados criteriosamente:

1. Manter a filiação ao ANDES-SN através da filiação direta à Regional Leste, com sede em Belo Horizonte, conforme previsto no Estatuto do ANDES-SN, uma vez que pertenceriam a uma IES sem Seção Sindical;
2. Criar uma nova Seção Sindical do ANDES-SN no âmbito do IF Sudeste MG;
3. Criar uma Seção Sindical do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica, o SINASEFE, a exemplo dos campi de Rio Pomba e Barbacena, desde a época em que eram Escolas Agrotécnicas Federais e;
4. Tentar alterar o Estatuto do ANDES-SN para permitir que continuassem sindicalizados à APESJF-SSIND, juntamente com os docentes da UFJF, transformando-a numa Seção Sindical Multi-institucional.

Com relação ao primeiro cenário apontado, a avaliação que fizeram era de que esta possibilidade, ainda que concreta, não os satisfazia em razão do afastamento político que isso acarretaria entre a base e a diretoria do sindicato.

Ao mesmo tempo, avaliaram que a criação de uma nova Seção Sindical do

ANDES-SN no âmbito do IF Sudeste MG, ainda que fosse ampliado o número de filiados, não seria possível não só do ponto de vista da organização político-administrativa, como também da sua sustentabilidade financeira.

Quanto à possibilidade de se criar uma Seção Sindical do SINASEFE no Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG, a discussão é mais delicada e passa não só pela história de constituição desses sindicatos (ANDES-SN e SINASEFE) como também pelo âmbito de sua representatividade e seus desdobramentos, além de passar também pela nossa experiência com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFJF o SINTUFEJUF.

O SINTUFEJUF, no âmbito local, se constituiu, assim como o SINASEFE em âmbito nacional, em um sindicato único para docentes e técnico-administrativos em educação. Não obstante essa condição e mesmo considerando a existência de um número significativo de docentes em seu interior historicamente, o foco do SINTUFEJUF nos embates e negociações com o governo federal tem sido, exclusivamente, as questões relativas à categoria dos técnico-administrativos em educação (TAEs). Ainda que nossas entidades se unam nos momentos mais agudos de ataques a direitos e conquistas históricas, buscando ganhar um peso maior na correlação de forças políticas, o ANDES-SN sempre foi o interlocutor do governo nas questões relativas ao magistério federal, assim como o SINTUFEJUF e a Federação a qual é vinculado, a FASUBRA, negociava as questões específicas dos TAEs.

Já o SINASEFE, que se constituiu historicamente para articular as lutas dos docentes e TAEs das Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais, além de alguns CEFETs, por ter em sua base parcela significativa dos docentes da antiga carreira de 1º e 2º graus, hoje denominada carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), também era reconhecido pelo governo como interlocutor para as questões relativas aos docentes da carreira de EBTT, assim como o ANDES-SN. No entanto, apenas o fato de ser um sindicato de docentes e TAEs não nos permitiu inferir que o seu foco, nos embates com o governo, se direcionava para uma ou para outra categoria, ou que era possível estabelecer um equilíbrio entre suas demandas específicas.

Mesmo assim, com base na experiência que tínhamos no encaminhamento de nossas lutas por parte do ANDES-SN e de nossas relações com o SINTUFEJUF e com a FASUBRA, nos pareceu, naquele momento, que mantermos nossa filiação a um sindicato de docentes era a decisão mais correta, ainda mais se considerássemos que esse sindicato o ANDES-SN sempre lutou por uma carreira do magistério federal em que não haja distinção entre docentes do magistério superior e do EBTT, como forma de eliminar as tentativas de tratamento diferenciado por parte do governo, e por entender também que nossas atividades, embora possam se dar em níveis de ensino diferentes, não se diferenciam a ponto de justificar carreiras distintas.

Tal decisão não significa, em hipótese nenhuma, o entendimento de que devemos nos isolar do conjunto das demais categorias do serviço público federal e da classe trabalhadora como um todo. Pelo contrário. Temos a exata noção da importância de nossa articulação com entidades que, de forma autônoma e democrática, buscam garantir direitos e conquistas aos seus filiados, até mesmo para que tenhamos mais força para barrar os ataques e encaminhar negociações de itens específicos de nossas pautas.

A história desses últimos dois anos confirmou o acerto de nossa decisão. Enquanto o ANDES-SN debateu e consolidou ao longo desse tempo, aprovando em seu último congresso, uma proposta de carreira única para o magistério federal, protocolando-a, na forma de projeto de lei, no MEC e no MPOG, o SINASEFE ainda não conseguiu fazer o mesmo. O relatório da última reunião de seu GT Carreira disponibilizado em sua página na internet, além dos relatórios das duas últimas reuniões entre as duas entidades para tratar desse assunto, dão conta de que há um movimento de convergência nos fundamentos sobre o qual se baseiam a lógica com que a proposta de carreira é construída, mas ainda permanecem diferenças que precisam ser tratadas.

Essas são razões que me fazem acreditar que as convicções dos docentes do Campus Juiz de Fora do IF Sudeste MG, ao mesmo tempo que os coloca mais próximos do que propugna o ANDES-SN, também lhes dá a tarefa histórica de se articularem aos que se encontram na base do SINASEFE, no sentido de diminuir o distanciamento provocado por eventuais diferenças, eliminando quaisquer possibilidade de disputa. Nossos adversários são outros.

A proposta de carreira única para o magistério federal aprovada pelo ANDES-SN, cuja origem é a concepção que o sindicato tem de educação, será a referência, tanto no processo de negociação com o governo como no de articulação com o SINASEFE, no que diz respeito a este aspecto da atividade docente, tendo como perspectiva, sempre, as condições necessárias para que a educação possa ir além da subordinação aos interesses do mercado e a melhoria das condições de trabalho e de vida do professor.